

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 2015

Ata n.º 20

Aos oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho por convocatória de catorze de Agosto e aditamento de dois de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da acta de 25-06-2015; -----

PONTO TRÊS: Designação de um representante de Junta de Freguesia para integrar na Comissão Municipal de Protecção Civil de Albufeira, nos termos da alínea i), Art.º 41 da Lei 80/2015 de 3 de Agosto; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da atribuição de Medalhas de Honra Municipal e Medalhas de Mérito Municipal; -----

PONTO QUINTO: Tomada de conhecimento do Relatório Semestral para o período findo em 30 de Junho de 2014; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL); -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento do CAE - Centro de Acolhimento Empresarial de Albufeira; --

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Turismo do Município de Albufeira;

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Toyota, incluindo serviços de reparação e manutenção, pelo prazo estimado de dois anos; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Honda, Iveco, Opel, Fiat e UMM, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 84.000,00€ + I.V.A.; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da

marca Volvo, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 14.000,00€ + I.V.A.; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1, 2, 3 da Guia, JI da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves, até ao limite de 437.000,00€ acrescido de I.V.A.; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Sesmarias, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, JI Albufeira, JI Vale Carro, EB1 Paderne e EB1 Ferreiras, até ao limite de 180.000,00€ acrescido de IVA; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de mercearias para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos e JI Albufeira até ao limite de 85.000,00€ acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de desinfetantes e produtos específicos da área alimentar para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, Sesmarias, JI Albufeira e JI Vale Carro, até ao limite de 40.000 €, acrescido do IVA;-----

PONTO DÉCIMO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de pão da saúde, pão de mistura e papossecos para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, Sesmarias, JI Albufeira e JI Vale Carro, até ao limite de 41.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de produtos de higiene, limpeza e manutenção, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, Sesmarias, JI Albufeira e JI Vale Carro, até ao limite de 30.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, e JI Albufeira, até ao limite de 75.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de peixe congelado, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, e JI Albufeira, até ao limite de 75.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO VIGÉSIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de produtos ultracongelados, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, e JI Albufeira, até ao limite de 48.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para remodelação da rede de abastecimento de água - zona norte de Ferreiras/Guia; -----

PONTO VIGÉSIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação de campos de futebol municipais; -----

PONTO VIGÉSIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso limitado por prévia qualificação de aquisição de serviços de medicina do trabalho; -----

PONTO VIGÉSIMO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da adjudicação da prestação de serviços de certificação legal de contas do município de Albufeira, para o exercício económico de 2015 e 2016, à empresa Abreu & Cipriano, Auditores SROC, pelo valor de 9.684,99€ acrescido de IVA; -----

PONTO VIGÉSIMO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para conceção, construção e exploração do crematório de Albufeira; -----

PONTO VIGÉSIMO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para prestação de serviços de medições acústicas, até ao limite de 45.000,00€ + IVA; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraudes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Miguel Alexandre Correia Mesquita (membro suplente PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Ana Alexandra Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Junta de Freguesia, de Albufeira e Olhos de Água, Hélder



Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira, e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Maria Eugénia Xufre Baptista e Carlos Alberto dos Santos Fernandes.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Maria Eugénia Xufre Baptista e Carlos Alberto dos Santos Fernandes, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Miguel Mesquita e Ruben Barulho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Célia Pedroso, Marlene Silva, Ana Vidigal, e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Fausto Barroso: “Estou aqui para informar e dar a conhecer o que se passou no dia dezasseis de Agosto, na baixa de Albufeira, na zona do Cais Herculano e na Rua São Gonçalo de Lagos, que tem a ver com a intervenção da Polícia Municipal por causa da ocupação de via pública. Nessa noite, às vinte e uma e trinta, na hora de maior afluxo, os elementos da Polícia Municipal resolveram intervir. No meu caso particular, tinha um cordão policial em frente das mesas dos turistas, estrangeiros e portugueses, e todos eles ficaram indignados com a situação. Houve turistas a perguntar se haveria algum problema dentro do estabelecimento. Acho que a essa é hora é incorrecto irem fiscalizar as casas comerciais porque estão cheias de turistas, é uma hora de maior afluxo. Eles foram lá com a intenção de medir esplanadas. A atitude também não foi a mais correta. Não sei se eles têm formação, mas são pessoas ríspidas, mal-educados. Eu e outros colegas já tivemos a fiscalização de ASAE, GNR, Finanças, Segurança Social, e nunca se comportaram como os elementos da Polícia Municipal se comportaram. Nessa noite fiquei a perder uns bons jantares: tinha uma fila de espera razoável e fiquei reduzido a oito pessoas à espera de mesa porque aquilo foi um circo. Eu não me importo que sejamos fiscalizados mas escolham melhores horas para fazer esses trabalhos. Julho, Agosto e Setembro é o período de maior afluxo de turistas em Albufeira, a câmara faz o seu trabalho, muito bem feito, com a divulgação e promoção da cidade, vêm muitas pessoas para cá, e muitas vezes não temos condições para tantas pessoas - é natural que tenhamos de arranjar maneira de servir os clientes. Queria, então, ver se a câmara arranjava uma solução, em questões de via pública, e nesses meses tentar fazer com que situações destas não voltem a acontecer. Outra situação que se passou lá em baixo foi que chegaram lá num horário em que o estabelecimento estava fechado, e já estávamos a começar a arrumar a esplanada, e começaram lá com a fita métrica a dizer que estávamos a exceder. Ainda explicámos



que estávamos a começar a arrumar, mas eles não querem saber. Gostaria que a câmara fizesse algo para minimizar em relação à actuação da Policia Municipal.” -----

Rui Santos: “O caso que aqui trago já é de conhecimento público: a suposta demolição do lote cinco, no Roja Pé, e o último piso do lote quatro. A última reunião em que estivemos cá foi em Julho e gostava de saber qual é o desenvolvimento por parte da câmara para a resolução deste assunto.”-----

Suzel Pimenta: “Quero apresentar algumas questões ao Presidente Carlos Silva e Sousa. A primeira: existia um acesso à Praia dos Tomates que nos últimos três ou quatro anos foi barrado. Foi feito um acesso condicionado ao lado, no qual estão a cobrar três euros. Nos anos anteriores foi cobrado unicamente no mês de Agosto, este ano a cobrança começou mais cedo e em Setembro ainda continua. E quero perguntar: existem praias privadas? Este parque foi licenciado? A respeito da sentença de demolição do prédio e parte de um outro prédio em Roja Pé, faço votos para que tal não venha a acontecer. E se tal acontecer, gostava de saber se este executivo pretende exercer o direito de retorno ou se, mais uma vez, os munícipes, incluindo os lesados, vão ter de contribuir com mais impostos e taxas para pagamento das indemnizações e os verdadeiros culpados ficam impunes. Pretendo saber se este executivo vai realmente exercer o direito de retorno ou não. Estas são as questões para as quais gostaria de ter resposta.”-----

Presidente da Câmara: “Começando pela intervenção do senhor Fausto. Naturalmente que tem de haver fiscalização na ocupação da via pública. Eu percebo que tenha sido a forma como a fiscalização foi feita. Não é a primeira vez que me dizem isso, já tenho reunião marcada com o comandante da Polícia Municipal para ver o que se passou, vou ouvir também o outro lado. É facto que tem existido, na baixa de Albufeira, alguma ocupação indevida por parte dos comerciantes. Tive o cuidado de ter uma atitude pedagógica, recomendando à Polícia Municipal que não autuassem de imediato mas que chamassem a atenção para estar tudo no seu devido lugar. Houve uma fase em que se verificava queixas de haver abuso na ocupação da via pública. Portanto, essa atuação terá sido em reacção a isso. Em relação à questão do Roja Pé, como sabem, fomos notificados. A nossa preocupação, quando verificámos que as pessoas não tinham conhecimento, foi dar-lhes conhecimento, de imediato. Entretanto, contactámos o gabinete jurídico e já entraram dois recursos: o recurso de revisão em relação à ação executiva e outro em relação à ação declarativa. Atacando várias questões de ordem legal, em relação a formalismos proferidos na ação executiva, foi o facto de as pessoas, os proprietários não terem sido notificados, fosse de que forma fosse, dessa acção executiva. Da acção declarativa houve notificação, mas também foi posta em crise por vários fundamentos, sendo um deles o facto de não ser o meio adequado a ser feito, por os anúncios em jornais, até porque havia residentes no estrangeiro e esse aviso por jornal nunca lhes chegaria. Neste momento entraram dois recursos. Sei que



já houve algumas reacções de particulares sobre a forma de declaração e também houve reacção daquilo que foi a nossa condenação, do actual executivo. Estamos empenhados neste processo, que tem vícios de nulidade que poderão levar a que se volte ao princípio. É esse o objetivo: que a ação executiva, em tudo aquilo que ela procede, após a petição, se os argumentos forem aceites, seja nula. Por seu turno, a ação declarativa, se os argumentos também forem aceites, também será nula após petição. Sempre disse que as pessoas também devem fazer jus à sua defesa: estão inocentes nesta situação e têm de defender os seus direitos, e a câmara também vai tentar fazer tudo para que esta situação não chegue ao ponto que ninguém deseja. A câmara tem estado a fazer os devidos atos tendentes ao cumprimento da decisão. Fica demonstrado aos nossos técnicos municipais a impossibilidade de cumprimento do prazo fixado, de cento e vinte dias, porque há uma série de procedimentos administrativos que têm que ser cumpridos. Estamos a fazer tudo para que, fundamentalmente, se faça justiça. Quanto à intervenção da Suzel Pimenta, sobre o acesso à Praia dos Tomates, trata-se de uma estrada privada, em que há uma licença para estacionamento. Não há praias privadas em Albufeira, até porque é manifestamente contrário à Lei. " -----

Rui Santos: "Tem alguma ideia de quando vão ser feitas as devoluções das licenças de utilização dos moradores?" -----

Presidente da Câmara: "Não me pronuncio sobre isso porque não sei." -----

Rui Santos: "Neste momento estamos ilegais?" -----

Presidente da Câmara: "Não considero que estejam ilegais porque neste momento está posta em crise a decisão e esses recursos têm efeitos suspensivos.

Rui Santos: "Nós precisamos das licenças de utilização para pedir a água, a luz, o gás, e neste momento não temos esse documento connosco porque foi caçado por ordem judicial. Mas continuamos a contribuir para a câmara municipal de Albufeira pagando os impostos. Nós pagamos seguros das nossas casas e sem a licença de utilização, se acontecer alguma coisa, será que as seguradoras vão cobrir os danos. As casas continuam habitadas e estamos sujeitos a que rebente um cano, outra coisa que aconteça, e depois temos seguros das casas, que podíamos acionar, e neste momento as seguradoras podem simplesmente negar-se a cobrir esses danos porque não temos licença de utilização." -----

Presidente da Câmara: "Não me parece que devamos estar a alimentar preocupações. A preocupação fundamental é a reacção à ordem judicial, que declarou a nulidade de determinados actos. Na minha modesta opinião, a ação executiva em relação aos senhores é ineficaz enquanto os senhores não forem citados nessa ação, nem foram notificados da decisão judicial, nem da posse administrativa. Até lá, a única coisa que os senhores têm é uma carta que a câmara vos mandou a dizer o que está a acontecer. O tribunal não vos notificou como deveria e quando nos apercebemos da situação



decidimos que tínhamos de avisar imediatamente as pessoas para, no mínimo, estarem de sobreaviso sobre o que está a acontecer. Que eu saiba os senhores, até este momento, não receberam nenhuma ordem judicial. A única coisa que não poderão fazer é a venda das vossas propriedades porque aí já teríamos uma atuação sabendo que, eventualmente, a licença de utilização pode não ser válida." -----

Rui Santos: "Depois de esta situação se ter tornado pública, ninguém iria comprar uma fracção num bloco que está por ordem jurídica para ser demolido. Para além de ser um ato de má-fé, seria burla. Mas a minha preocupação aqui é que nos foi caçada a nossa licença de utilização há dois anos e continuamos sem licença de utilização. Quanto tempo é que esta situação se irá arrastar no tribunal e quanto tempo é que nós iremos estar sem licença de utilização? É essa a minha preocupação." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a início ao período antes da ordem do dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Cândido Reigado: "Boa noite a todos. Queremos, mais uma vez, reafirmar a nossa solidariedade para com os moradores da urbanização Roja Pé, nos Olhos de Água. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, ao decidir a demolição do lote 5 e o segundo piso do lote quatro, colocou os moradores numa situação extremamente difícil, fruto de um problema que eles não criaram, e na qual não têm qualquer responsabilidade. Achamos que este executivo tem obrigação de assumir esta responsabilidade em relação a este problema, incluindo todas as despesas inerentes ao processo, seja qual for o seu desfecho. Referimo-nos às custas judiciais, danos morais e, no caso de o desfecho ser a demolição, é nosso entender que este executivo pague aos moradores todo o prejuízo que venha a ser causado. Neste contexto, perguntamos se a Câmara Municipal vai ou não assumir essa responsabilidade, independentemente de quem era na altura o presidente da câmara, e respectivos vereadores. A câmara é o órgão executivo do poder local, e é a ele que compete responder por este problema. Queremos, mais uma vez, reafirmar a nossa solidariedade para com os moradores afetados por este grave problema. Pelo contrário do que se possa pensar, não é por estarmos em pré-campanha para as eleições legislativas que se vão realizar dia quatro de Outubro que estamos solidários com estas pessoas. Não havia eleições quando estivemos solidários com os trabalhadores, vítimas de salários em atraso, com os trabalhadores do Hotel Montechoro, grupo Fernando Barata, dos catorze hotéis nos Salgados, que pertenciam na altura a Carlos Saraiva, quando quatrocentos e vinte trabalhadores não recebiam os seus salários e havia pessoas a dormir dentro dos carros, por não terem dinheiro para pagar a renda da casa. Estivemos solidários com os trabalhadores do Clube Praia da Rocha, quando o patrão se recusava a pagar os salários aos trabalhadores e os subsídios que lhes eram devidos e uma trabalhadora se acorrentou durante quinze dias



e quinze noites. Em todas estas lutas esteve o deputado do PCP pelo Algarve, Paulo Sá, e estivemos com os moradores de um bairro nas Ferreiras quando quinze famílias estavam há dois meses sem energia eléctrica. Este caso e o dos salários em atraso foram levados à Assembleia da República pelo deputado do PCP. Estivemos e estaremos sempre lado a lado com os trabalhadores, os reformados, os jovens e a população do concelho sempre que tenhamos conhecimento dos seus problemas.” -----

José Pimenta: “Em relação ao Roja Pé, falou-se aqui que foram feitos dois recursos. A minha pergunta é: porque é que em dois mil e treze não foram feitos na altura das eleições? Na última sessão da Assembleia Municipal levantámos a questão sobre a viatura do INEM que está sediada no Centro de Saúde. Gostaríamos de saber se, por acaso, a viatura continua lá, que é de enorme necessidade para o concelho. No primeiro fim-de-semana de Agosto houve uma descarga de esgotos para a Inatel: porque aconteceu esta situação? A CDU e alguns munícipes já levantaram esta questão aqui, sobre o barranco que é paralelo à Avenida dos Descobrimentos. Na última reunião avançámos com uma recomendação e o presidente disse “é uma recomendação que já não justifica. O projeto já está feito e já estamos a avançar.” Não foi nada avançado. Hoje estive lá e convidava os grupos parlamentares que aqui estão para irem ver como está. Há meses houve uma limpeza de arbustos mas agora está pior, a água antes estava parada e agora está a passar. Nada avançou e eu acho que esta é uma situação de saúde pública, é uma situação que já deveria ter sido resolvida. Outra situação sobre limpeza e recolha de resíduos pela empresa Ecoambiente: a limpeza deixa muito a desejar, por aquilo que vejo pela cidade. Por exemplo, na minha zona só existe limpeza de vez em quando. Junto da Vigia, na zona da Torre da Mosqueira, há uma zona que está cheia de beatas, nada passou ali para fazer uma limpeza. Quanto à recolha de papelão, na Quinta da Plameira, aqueles ecopontos tiveram oito dias cheios. Fiz uma chamada para a Ecoambiente, deram-me música, e quando consegui falar disseram que estavam com dificuldades de pessoal. Dificuldades de pessoal? Existe um caderno de encargos. Há qualquer coisa que não bate certo. Pergunto se o executivo acha que o Ecoambiente está a cumprir com o caderno de encargos. Há ou não há fiscalização por parte dos serviços camarários? Outra questão, que já vem de trás, em relação à Central de Camionagem de Albufeira, com a resposta que o Presidente nos deu, a esta Assembleia, que pelos vistos foi tudo verbal, espero que a resposta do Presidente seja definitiva - praticamente há quase um ano que isto anda aqui em volta. Tenho aqui uma situação, de um terminal que foi construído em Faro, como nós temos aqui a rede urbana o Giro, lá é o Próximo. E este documento diz: Esta infraestrutura é da Câmara, mas será gerida pelo consórcio composto pelas empresas Eva e Barraqueiro, que ganhou a conceção da rede de transportes públicos urbanos, o Próximo. Também foi este consórcio que pagou a obra que custou setecentos mil euros. Já no que diz respeito ao terminal da empresa Eva, ao lado poderá ser diferente, é possível que tenhamos que



fazer alguma remodelação, embora não seja essa a melhor solução. Numa cidade a melhor solução passa pela existência de terminais rodoviários públicos, pois eles servem todos os concessionários dos serviços de transporte, sejam hoje uns, amanhã outros. O que faz sentido é que esse terminal seja construído pelo sector público, e que sirva todos os transportadores, não faz sentido que os autocarros que vêm de fora, em serviços ocasionais, parem pela cidade e não tenham acesso a um terminal público. Uma coisa é o terminal voltado para carreiras urbanas, outra coisa é voltado para carreiras interurbanas, regionais, nacionais e internacionais. Quem diz isto é o administrador Gomes Osório, que é o administrador da Eva/Barraqueiro. Em Albufeira a infraestrutura está correcta, agora não pode é ser entregue a uma empresa que tira dividendos daí e quem pagou essa infraestrutura fomos todos nós. Pergunto ao Presidente: como está a situação? E, no meu ponto de vista, devemos resolver o mais rapidamente possível esta situação." -----

Francisco Guerreiro: "Quero fazer uma pergunta ao Presidente, por causa da situação do Roja Pé: queria saber em que situação se encontra aquela aprovação que foi feita mediante a ponderosa na Guia, do Carlos Encarnação, que chegou a vir aqui à Assembleia. Fiquei chocado quando vi aquela situação do Roja Pé e qualquer coisa corre mal neste país e está a correr mal em Albufeira. Eu pergunto se vive lá algum juiz, nesse empreendimento, porque se vivesse algum juiz lá isto não acontecia. Se a câmara aprovou, se foi tudo aprovado, foi tudo licenciado, as pessoas estão a pagar contribuições, eu pergunto: em que país é que eu vivo? Não dou culpas a ninguém mas fico preocupado. Se calhar vão aparecer muito mais. Podia ser eu a viver lá e eu não sei o que é que fazia. Estar a fazer um investimento e depois estar nesta situação para mim era complicadíssimo. Estou completamente do lado destas pessoas, ponho-me ao vosso lado, também estou cá para ajudar, há trinta anos que faço parte deste grupo, que é a Assembleia Municipal. Quero perguntar se há alguns projectos para a freguesia de Paderne. Há dois anos que as coisas têm estado um pouco paradas e gostava de ter alguma ideia daquilo que posso transmitir àquelas pessoas do que se está a programar para o futuro." -----

Presidente da Câmara: "O senhor Reigado pergunta se a câmara vai indemnizar as pessoas. Penso que já respondi a isso. Eu, ao dizer que as pessoas são adquirentes de boa-fé, estou a dizer tudo. São pessoas que não têm culpa da situação em que estão e, naturalmente, que têm direito a indemnização. Isso não se põe sequer em dúvida. Saúdo o senhor Reigado por estar ao lado das pessoas que estiveram sem energia eléctrica nas Ferreiras mas nós, câmara, é que resolvemos a questão. Não só estivemos ao lado como resolvemos a questão e devo dizer que não foi fácil. O PCP tem toda a legitimidade de estar ao lado dos trabalhadores. Nós também estamos ao lado dos trabalhadores, sentimos o que as pessoas sentem, e, naturalmente, perante situações difíceis, é uma função do município acudir ao interesse público, ao interesse das

peessoas que estão mais debilitadas. Não é uma regra que pertença a um só partido, pertence a todos, todos os que estiverem de boa-fé na política. O senhor Pimenta pergunta porque é que os recursos não foram feitos em dois mil e treze. Não foram feitos. Quanto à viatura do INEM, fiz um ofício a reivindicar para que a viatura não saísse de lá." -----

Vereadora Ana Vidigal: "A viatura está lá vinte e quatro horas por dia." -----

Presidente da Câmara: "Quanto à questão da descarga de esgotos para a Inatel: se foi uma descarga de esgoto, eu admito essa hipótese, seguramente não foi uma descarga legal. Pedi aos serviços, em relação a esta matéria, que fizessem uma investigação bastante apurada sobre quaisquer indícios que pudessem verificar no terreno, de onde vinham essas descargas. Mas ainda não tenho respostas. Sei que há o projecto para aquela área de entubamento. Quanto à limpeza devo dizer que recebi de várias pessoas estrangeiras grandes elogios em relação à limpeza da cidade. Curiosamente as críticas que ouvi foram dos locais. A Algar diz-nos que no dia dez de Agosto houve um recorde absoluto de sempre da recolha de lixo: nesse dia foram recolhidas duzentas e noventa toneladas. Seguramente que há coisas a serem melhoradas. Quando fala do papelão, eu próprio vi situações de estarem cheios - essa questão é da Algar. A Algar é que tem essa incumbência de fazer a recolha dos lixos seleccionados. Quanto à questão da Central de Camionagem de Albufeira: de facto, eu estava ausente da questão e chegou-se à conclusão de que não havia nada por escrito e neste momento os serviços estão a preparar uma solução e eu estou aberto àquela que for a melhor solução para o município. Quanto às questões do Francisco Guerreiro, em relação à situação da Guia: tanto quanto julgo saber, está em recurso. Eu acho que nestas questões em que há sérios indícios de que as pessoas agiram de boa-fé, e que se houver alguma dúvida jurídica sobre se a decisão foi boa ou má, acho que se deveria sancionar o município e não sancionar as pessoas. A informação que tenho é que os técnicos mantêm os seus pareceres técnicos. Portanto, se mantêm os seus pareceres técnicos, não sei se não terão mais conhecimentos técnicos, nesta matéria, que um juiz, e não vi, no processo, que o juiz tenha sido assessorado por qualquer técnico. Na minha opinião, mesmo com uma assessoria técnica dos pareceres, se chegasse à conclusão que tinham uma opinião diferente dos técnicos municipais, e a opinião, neste país, é algo que, desde que tenha suporte é respeitável, mesmo assim, entendo que é excessiva esta forma de condenação. Porque, a haver aqui alguma culpa, quem deveria ser sancionado deveria ser o município, porque não se justifica serem as pessoas sancionadas. Perguntou também se há algum projecto para Paderne. É verdade que isto tem estado parado há dois anos, o município estava numa fase má, em termos financeiros, já pagamos o PAEL, e hoje já estamos numa segunda fase. O município passou de uma fase de devedor a ter já algum dinheiro e está na fase de se retomar o processo de investimento. Já se começaram a fazer alguns alcatroamentos de estradas que estavam em péssimo estado

mas não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Estão a ser preparados projectos para diversas áreas do concelho. Para Paderne existe um projecto para recuperação do estádio do Padernense, e para retomar o processo do museu do Barrocal, a casa sobre a qual assentou o projecto que foi feito, ruiu, o que alterou o projecto inicial. Também está previsto algum alcatroamento para algumas estradas em Paderne, assim como apoiar o Padernense, apoiar a Junta em tudo o que faça falta para as suas festas." ----

Francisco Guerreiro: "Em todo este processo, do Roja Pé, e do outro na Guia, condena-se a credibilidade dos técnicos da câmara. Então, para que servem os técnicos da câmara? Será que os tribunais têm técnicos para depois fazer essa avaliação? Então não vale a pena termos técnicos na câmara. Mandávamos tudo para o tribunal e o tribunal decidia. Então, o que é que os técnicos estão aqui a fazer? Eu, se fosse técnico desta câmara, ficava mal. A câmara vai ser condenada, a acção foi dos técnicos da câmara, que deram os pareceres favoráveis. Há qualquer coisa aqui que não está certa. Temos de pensar melhor nisto e temos de arranjar maneira de não envolver as pessoas que pagam as suas contribuições e depois são lesadas. Falou do PAEL, que está pago, então este ano temos uma oportunidade de baixar o IMI?" -----

Presidente da Câmara: "Na câmara estamos todos atentos a essa questão do IMI, de poder desagrar os impostos. O assunto já está a ser estudado. Fui confrontado por algumas pessoas a solicitar informação sobre alguns benefícios fiscais pelo facto de terem dependentes. Uma circular de Julho de dois mil e quinze induziu as pessoas a fazer requerimentos à câmara, no sentido de poderem vir a ser beneficiados dessas reduções de IMI. Devo dizer que não é necessário. Segundo outra circular, que saiu em Agosto, em que o Estado se vem comprometer fazer ele próprio a comunicação, até quinze de setembro, do número de agregados com um, dois, ou três ou mais dependentes, para que tenham benefício fiscal no município. Portanto, a câmara irá ser informada daquilo que as pessoas podem ser beneficiadas com esse benefício fiscal." -

Francisco Oliveira: "Não queria intervir muito sobre este tema, até porque estou envolvido directamente no processo do Roja Pé, mas em nome do Partido Socialista, não quero deixar de vincar a nossa posição. Entendo que esta questão não deve ser trazida para a discussão política. Estamos, efetivamente numa pré-campanha, mas isto nada tem a ver com a questão política, isto tem a ver com uma questão meramente jurídica. Aí eu acompanho o senhor Presidente, porque estamos, efetivamente, a discutir questões jurídicas e eu, que também sou jurista e advogado, sei exactamente das dificuldades, e muitas vezes do que a justiça tem de bom e de mau, e das dificuldades com que muitas vezes nos apresentamos com algumas das decisões que julgamos serem justas e às vezes verificamos que não são. Neste caso concreto, o que verificamos aqui é exactamente isso: é termos uma decisão que entendemos não ser a mais correta e a mais justa. Muitas vezes as decisões são tomadas por alguém que não tem conhecimento técnico. Quantos de nós já nos deparamos com decisões da nossa

vida comum, muitas vezes no direito de família, sobre os filhos, sobre os divórcios, em que os juízes não são assessorados por técnicos que conheçam as relações entre as crianças e os pais. Neste sentido, queria deixar aqui a posição do Partido Socialista que é de que estamos solidários com os moradores. Se calhar qualquer um de nós, juristas, na mesma posição que os juristas que o fizeram, teriam, eventualmente, avançado também com as mesmas decisões, tendo em consideração os pareceres que aqui existem. Penso que estamos unidos no sentido de defender juridicamente a possibilidade, e perdoem-me a expressão, de deitar abaixo esta decisão que nos parece injusta. O senhor Presidente já invocou algumas das razões. Com certeza que os juristas que estão a acompanhar, quer do município, quer dos intervenientes, terão outras razões para evocar, mas a ideia é estarmos unidos e estarmos perante todos aqueles que possam ter interesse neste processo: intervirem de uma forma directa, agressiva relativamente a este assunto porque, sem dúvida alguma, é fundamental que estejamos unidos e que estejamos remando no mesmo sentido numa perspectiva meramente e única e exclusivamente jurídica. Teremos, com certeza, divergências políticas, e temos muitos assuntos para divergir politicamente, mas neste aspecto, quero realçar que se trata de uma questão jurídica e que estaremos aqui para defender os interesses não só do município, dos intervenientes, dos técnicos que eventualmente tenham prestado as suas opiniões, das próprias instituições bancárias que concederam o crédito, tendo em consideração que estavam perante documentos oficiais, e que perante toda a legalidade que era evidente, não havendo qualquer regra que implicasse o contrário, nesse sentido o fizeram. Portanto, mais uma vez, a nossa posição é uma posição de solidariedade e de estarmos em consonância com aquilo que possa ser a defesa dos interesses não só dos moradores, do município e de todos aqueles que intervieram neste processo." -----

Carlos Santos: "Gostaria de voltar à situação da primeira intervenção por parte do senhor Fausto. Aquilo que na realidade se passou no dia dezasseis de Agosto, a mim enquanto Albufeirense, enquanto empresário, enquanto membro desta Assembleia, envergonha-me. Envergonha-me porque tive ocasião de falar directamente com três dos polícias e praticamente fui insultado. Não é aceitável que, no cumprimento daquilo que está legalmente estabelecido, que é verificar se as disposições do regulamento estão a ser cumpridas, que os cidadãos no seu direito, educadamente, perguntem e questionem o timing - e não começou às dez e meia da noite, começou às seis e meia da tarde, na Rua Cinco de Outubro. Todos nós estamos empenhados directa ou indirectamente em que esta cidade e este concelho cada vez tenha mais turistas. Não me parece a mim aceitável, e coloquem-se na situação de estarem num país estrangeiro ou fora de Albufeira, e verem entrar uma brigada pelo restaurante a dentro, a levantar clientes para medir esplanadas. Isto é demasiado ofensivo. Aconteceu porque eu vi e não é a primeira vez que acontece. Vou acreditar, até porque conheço bastante bem o

Presidente da Câmara, que ele irá tentar saber o que efectivamente se passou. Deixo também uma situação: as novas tecnologias permitem que se filme e se grave as coisas, e isto está gravado. Portanto, é talvez aconselhável, do meu ponto de vista, e tendo em vista que no próximo verão estas situações não se repitam, quando estou a dizer isto não estou, de forma alguma, a isentar os comerciantes, os empresários, os senhores da restauração de culpa - têm também a sua culpa - mas é necessário que as pessoas tenham também conhecimento de que têm normas para cumprir e talvez porque cada rua é um caso, há ruas com três e quatro metros de largura, em que actualmente um casal de mão dada não consegue passar, e noutras ruas isso é permitido. É talvez tempo de começar a pensar seriamente em procurar formas: o centro de Albufeira e a Oura não são espaços tão grandes que não seja possível identificar lojista a lojista, comerciante a comerciante e definir regras. Poderão passar desde a marcação no chão, desde multas, coimas, mas não é preciso aquele aparato policial. A mim chocou-me e tive ocasião de transmitir isso na segunda de manhã ao Presidente, essa minha indignação." -----

Presidente da Câmara: "De facto, o exercício da autoridade deve ser feito com educação, não é preciso ser feito de uma forma acintosa. As pessoas já foram avisadas, pela questão da educação. Não sei como se poderá ponderar as formas de fiscalização e irei seguramente verificar o que se passa para que a autoridade seja exercida, naturalmente, mas de uma forma delicada. Foi sempre minha preocupação, e várias vezes disse à polícia municipal para, antes de atuarem, fazerem uma ação pedagógica, para reporem as coisas no seu devido lugar, e se as pessoas voltarem a insistir em ocupar indevidamente, então estamos perante abuso, e perante abuso há que ter uma reacção. Isto foi o que eu pedi, para que as pessoas actuem educadamente, e concordo que seja de forma a causar o mínimo de perturbação, mas também tem de haver colaboração dos comerciantes. A câmara não está contra os comerciantes, muito pelo contrário, queremos que os comerciantes tenham o máximo sucesso, que ganhem o máximo de dinheiro, que recebam as pessoas da melhor maneira, mas tem de haver algumas regras. Acho que, com ponderação e com a colaboração dos comerciantes, seguramente, chegaremos a bom porto, para que exista ordem, para que o nosso concelho, que é turístico, possa estar ordenado, e que as pessoas possam também aqui ganhar o seu dinheiro. Isso representa, para nós, fatores de ordem social, de emprego que se cria, de riqueza que circula dentro do concelho, e tudo isso é gerador de riqueza e bem-estar dos Albufeirenses. Nós, município, temos todo o interesse em que as coisas corram bem. Agradeço os reparos que são feitos, e os que forem considerados justos, seguramente, serão corrigidos. Nós temos a preocupação de que as coisas corram bem e para isso tem de haver alguma ordem, regras, e para correrem melhor ainda será com a colaboração dos próprios comerciantes connosco. A melhor regra de autoridade é aquela que é aceite pelas pessoas." -----

Presidente Assembleia: "Antes de encerrar este período quero só falar de algumas questões. Uma relacionada com a actuação por parte desta Assembleia Municipal no seu poder de fiscalização. No que diz respeito ao caso do Roja Pé, antes de iniciar a sessão falei com um morador e tentei, de alguma forma, explanar a posição desta Assembleia Municipal no que diz respeito ao conhecimento e ao seu poder de actuação. Como disse o Dr. Francisco Oliveira, isto é um problema jurídico. A Assembleia Municipal tem o poder de fiscalização dos actos da Câmara Municipal mas tem de respeitar as decisões judiciais, e perante uma ordem judicial cabe à parte jurídica, quer da Câmara Municipal, quer da parte dos advogados dos senhores proprietários, que seja tomada posição. Nós temos vindo a acompanhar a situação. Estou a tentar conhecer o processo, toda a sua génese. Inclusivamente, já foi feito um ofício à Câmara Municipal a solicitar cópia de todas as peças processuais que deram origem à sentença e depois à ação executiva, de maneira a que nós possamos (sendo advogado tenho alguma facilidade desse entendimento), tentar acompanhar o processo e conhecê-lo na sua génese, para que depois possa, efetivamente, ter uma posição, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, sobre esse assunto. O que sei é que o senhor Presidente, quando falámos sobre este assunto, teve a amabilidade de me informar que já tinha dado entrada dos recursos de que hoje vos deu conhecimento. Tenho acompanhado também o processo do Carlos Encarnação. Sei que a Câmara Municipal já apresentou recurso e o Sr. Carlos Encarnação também apresentou recurso da decisão judicial. Agora temos de aguardar os trabalhos dos Tribunais, os trabalhos dos advogados mas estando, obviamente, alerta e estando solidários com aqueles que, tendo adquirido casas de boa-fé, agora se encontram nesta situação. Acompanhamos o processo sem intervir naquilo que são os recursos e os julgamentos que daí virão. Estaremos aqui na defesa dos interesses dos nossos munícipes, na defesa dos interesses da própria legalidade em si. Podem contar com esta Assembleia Municipal para aquilo que são os poderes, e dentro das limitações legais, de acompanhar o processo e, a par e passo, conforme nos for chegando, iremos dando conhecimento aos membros da Assembleia Municipal do que tivermos conhecimento. Gostava também de agradecer a vossa vinda e convidar-vos a permanecerem connosco para o resto dos trabalhos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----
O Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA
PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da acta de 25-06-2015; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a acta a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02): Ana Pereira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----
A acta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TRÊS

Designação de um representante de Junta de Freguesia para integrar na Comissão Municipal de Protecção Civil de Albufeira, nos termos da alínea i), Art.º 41 da Lei 80/2015 de 3 de Agosto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Adriano Ferrão: "O PSD pretende propor o senhor Hélder Sousa como candidato a representante neste organismo." -----

Francisco Oliveira: "O grupo parlamentar do PS gostaria de propor o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas, designadas por lista A (PSD) e lista B (PS), por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

LISTA A: dez (10) votos; -----

LISTA B: catorze (14) votos; -----

VOTOS EM BRANCO: um (01) voto. -----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleito o seguinte membro: Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da atribuição de Medalhas de Honra Municipal e Medalhas de Mérito Municipal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUINTO:

Tomada de conhecimento do Relatório Semestral para o período findo em 30 de Junho de 2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO SEXTO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto dos pontos sétimo e oitavo, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTOS SÉTIMO E OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento do CAE - Centro de Acolhimento Empresarial de Albufeira; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Turismo do Município de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia: "Estive a ler estes regulamentos e, atendendo à sua situação de remessa tão curta, acho que deveriam ser retirados para que esta Assembleia tivesse tempo para se preparar relativamente a estes assuntos. Há aqui algumas questões que, do meu ponto de vista, levantam algumas dúvidas. Quanto ao CAE, é um regulamento extremamente amplo nos seus conceitos. Uma das minhas dúvidas, por exemplo, no processo do CAE, no artigo décimo, diz que os critérios de ordenação de candidaturas terão em conta as razões de interesse público, nomeadamente a conjuntura económica, a empregabilidade e a sustentabilidade dos projectos, e depois diz no ponto três de entre outros que a Câmara Municipal considere relevantes. Estarmos a aprovar algo que me parece tão aberto e depois não temos controlo nenhum sobre o regulamento. Portanto, ponho à consideração da Assembleia Municipal a votação para a retirada do ponto sétimo e oitavo." -----

VOTAÇÃO PARA RETIRADA DO PONTO SÉTIMO DA ORDEM DO DIA: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos

Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PARA RETIRADA DO PONTO OITAVO DA ORDEM DO DIA: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto dos pontos nono, décimo e décimo primeiro, e a deliberação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. --

PONTOS NONO, DÉCIMO E DÉCIMO PRIMEIRO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Toyota, incluindo serviços de reparação e manutenção, pelo prazo estimado de dois anos; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Honda, Iveco, Opel, Fiat e UMM, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 84.000,00€ + IVA; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Volvo, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 14.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO NONO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de

Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1, 2, 3 da Guia, JI da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves, até ao limite de 437.000,00€ acrescido de IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Cândido Reigado: "Neste aspeto já nos pronunciámos no passado. No nosso entender, as refeições nas escolas deviam ser feitas nas próprias escolas e devia ser a Câmara a assegurar esta função, das refeições." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos treze ao vinte, inclusive, e a deliberação em separado, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Sesmarias, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, JI Albufeira, JI Vale Carro, EB1 Paderne e EB1 Ferreiras, até ao limite de 180.000,00€ acrescido de IVA; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de mercearias para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos e JI Albufeira até ao limite de 85.000,00€ acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de desinfetantes e produtos específicos da área alimentar para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, Sesmarias, JI Albufeira e JI Vale Carro, até ao limite de 40.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de pão da saúde, pão de mistura e papossecos para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, Sesmarias, JI Albufeira e JI Vale Carro, até ao limite de 41.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de produtos de higiene, limpeza e manutenção, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, Sesmarias, JI Albufeira e JI Vale Carro, até ao limite de 30.000 €, acrescido do IVA -----

PONTO DÉCIMO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Vale Pedras, Brejos, e JI Albufeira, até ao limite de 75.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO DÉCIMO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de peixe congelado, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, e JI Albufeira, até ao limite de 75.000 €, acrescido do IVA; -----

PONTO VIGÉSIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de produtos ultracongelados, para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, e JI Albufeira, até ao limite de 48.000 €, acrescido do IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta: "Em relação a estes pontos a CDU nada tem a dizer. Só gostaríamos de referir que já no ano passado nós referimos que deveria ser dado às crianças e jovens também peixe fresco. Só para dizer um pequeno pormenor: falou-se aqui que os miúdos podiam apanhar espinhas e posso dizer que na creche da Quinta da Palmeira, Palmeirinhas, tenho lá uma neta, e há um ano começou a comer carapau. Por isso, continuamos a pensar da mesma maneira que pensávamos o ano passado, que também deveria estar incluído o peixe fresco." -----

Adriano Ferrão: "Só para relembrar que não só o ultra congelado resolve o problema de ser perecível, como também o problema de escala. É que estamos a falar de milhares de alunos, alguns de tenra idade, e é impossível prestar um serviço como se presta numa creche onde estão vinte ou trinta crianças, tirando as espinhas aos peixes. Isso em três mil alunos era impossível, tinham de começar a trabalhar às cinco ou seis da manhã, para tirar as espinhas, para chegar à hora de almoço com metade disso feito." - Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO TERCEIRO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO QUARTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado,

Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO QUINTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO SEXTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO SÉTIMO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar,

Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO OITAVO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO NONO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO VIGÉSIMO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos

Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para remodelação da rede de abastecimento de água - zona norte de Ferreiras/Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de manutenção e conservação de campos de futebol municipais; -
O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "A CDU entende que estes serviços poderia ser a Câmara a gerir directamente. Se não tem pessoal suficiente, há tanta gente desempregada, podia contratar pessoal para fazer esses serviços. Já houve uma altura em que a Câmara assumia essa responsabilidade e mais uma vez se vai entregar trabalhos ao serviço de uma empresa privada. E ficava muito mais barato à Câmara Municipal se esse serviço

fosse feito pela Câmara. Quando a Câmara tinha o problema do PAEL, não podia contratar pessoal, mas penso que a partir de agora já poderá." -----

Francisco Guerreiro: "Ao longo de alguns anos fui contra a entrega dos campos de futebol - falo, pelo menos, de Paderne - porque aquilo que tenho visto ao longo dos anos é que o campo de futebol de Paderne, com a entrega a particulares, piorou. Quando o campo era tratado pela Câmara Municipal estava nas belíssimas condições." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO VIGÉSIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso limitado por prévia qualificação de aquisição de serviços de medicina do trabalho; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia: "Eu tenho aqui uma dúvida relativamente a este concurso. Daquilo que li, reparo que é um concurso para aquisição de serviços de medicina no trabalho e não vejo a possibilidade de se poderem candidatar empresas de medicina no trabalho. Vejo única e exclusivamente o concurso feito para médicos. E neste parecer diz aquisição de serviços de medicina do trabalho, a serem prestados nominalmente por profissional licenciado em medicina, devidamente habilitado com especialidade de médico do trabalho. Eu não tenho conhecimento para saber se esta limitação é para que apenas pessoas singulares possam ser aceites em vez de pessoas coletivas. Portanto, vejo aqui uma limitação a empresas de medicina no trabalho, parece-me que é uma limitação à contratação." -----

Geraldes Simões: "Tem toda a razão. Quando li achei que era um concurso, de facto, muito apertado." -----

Presidente da Assembleia: "Parece que limita porque o médico pode constituir-se em sociedade para prestar a sua atividade e nós estamos aqui a limitar uma livre escolha. É que nesta folha diz, pedido de parecer para celebração, renovação de contrato de aquisição de serviços, levantando aqui algumas questões. É que depois diz fundamentação da contratação externa, ausência de subordinação jurídica, e depois mais em baixo diz que um médico do trabalho constitui uma prestação nominativa de serviços de saúde do trabalho, através de um contrato individual, com a necessária autonomia técnica, e relaciona-se com a entidade empregadora. Portanto, se isto é um contrato de prestação de serviços e depois justificamos através de um contrato individual? Parece-me que aqui a própria justificação se encontra confusa, se é um contrato de prestação de serviços ou se é um contrato de prestação de trabalho. Tenho esta dúvida porque o título é pedido de parecer para celebração, renovação de contrato de aquisição de serviços. Parece-me que estamos a limitar. Se é um contrato individual então não é um concurso. Queremos saber se estamos a adquirir serviços ou a realizar um contrato de trabalho." -----

Vereadora Ana Vidigal: "Podem-se candidatar empresas que prestem este serviço. Essas empresas têm de exercer através dos seus médicos, nominalmente, nas instalações da Câmara." -----

Presidente da Assembleia: "Parece-me que há aqui algumas questões que deveriam vir esclarecidas. Propunha retirar este ponto da ordem de trabalhos para esclarecimentos relativamente à questão das sociedades, relativamente aos convidados e um melhor esclarecimento para a questão se é um contrato de prestação de serviços ou celebração de contrato de trabalho." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada deste ponto da ordem do dia.-----

VOTAÇÃO PARA RETIRADA DO PONTO VIGÉSIMO TERCEIRO DA ORDEM DO DIA : -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar,

Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da adjudicação da prestação de serviços de certificação legal de contas do município de Albufeira, para o exercício económico de 2015 e 2016, à empresa Abreu & Cipriano, Auditores SROC, pelo valor de 9.684,99€ acrescido de IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para conceção, construção e exploração do crematório de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta: "Sobre este ponto, a posição da CDU é que a exploração deste crematório deveria ser da responsabilidade do município. Li o relatório dos serviços técnicos e lá não diz que não podem contratar pessoal. Pura e simplesmente diz que não

há pessoal especializado na Câmara. Penso que há possibilidade de contratar pessoal para estes efeitos. De qualquer maneira, estamos de acordo que haja esta infraestrutura em Albufeira, sempre estivemos de acordo, isto já vem de há muitos anos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para prestação de serviços de medições acústicas, até ao limite de 45.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ajuste directo, a única questão que temos aqui a apresentar, até porque iremos votar a favor, era só referir que estamos limitados, única e exclusivamente a duas entidades, e são duas entidades por convite. Percebi, pela leitura, que se trata das duas únicas entidades que estão certificadas. No entanto, acho que é redutor tendo em consideração que estamos perante um ajuste direto. Poderíamos, em situações futuras, ter em consideração também outras entidades, que não necessariamente só as regionais, para termos também uma amplitude maior e podermos, assim, auferir das qualidades técnicas de outras entidades, que não necessariamente as regionais. Nesse aspecto deixaria à consideração que, em próximos ajustes diretos, possamos ter mais convites. " -----

Presidente da Assembleia: "Eu, de facto, também tinha uma chamada de atenção a este ponto. Estive a consultar as empresas: uma é de Albufeira e a outra é de Faro. Achei que estamos limitando a duas. Tem sido sempre prática trazer três empresas nos ajustes directos. Portanto, subscrevo a chamada de atenção feita pelo Dr. Francisco Oliveira para futuros ajustes diretos que venham a esta Assembleia, por uma questão de coerência e de transparência." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 8 de Setembro de 2015 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____